



Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

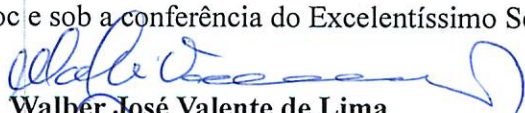
Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (24.07.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Walber José Valente de Lima, Geraldo Magela Pirauá, Dennis Lima Calheiros, Vicente Félix Correia, José Artur Melo, Artran de Pereira Monte, Eduardo Tavares Mendes, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, e Marcos Barros Méro. Inicialmente o Presidente da Sessão, Subprocurador-Geral Institucional, Doutor Walber José Valente de Lima, agradeceu a presença e saudou a todos. De logo, solicitou do Secretário *ad hoc* deste Colegiado, Dr. Almir José Crescêncio, a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Presidente declarou instalada a Reunião. Dr. Walber iniciou justificando a ausência do Dr. Sérgio Jucá, Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista que naquele momento estava havendo no 5º andar do Prédio do Ministério Público do Estado de Alagoas uma coletiva da imprensa em razão das denúncias contra o Prefeito de Traipu, apresentadas pela Promotora de Justiça Dra. Karla Padilha Rebelo Marques. Dada esta explicação, o Presidente da Sessão solicitou ao Senhor Secretário *ad hoc* a leitura da ordem do dia, a saber: **1. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL – 3405/2013**, que tem como interessada Jamille Mendonça Setton Mascarenhas e que trata da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas para o ano de 2014. **2. Comunicações e outras matérias.** Após a leitura da ordem do dia, passou-se a apreciação do **item 1:** Dr. Walber José Valente de Lima fez a exposição deste item destacando que: “Temos um prazo para remeter a proposta orçamentária e esse prazo encerra-se no dia seis de agosto. No entanto, há de se considerar que mesmo depois de aprovada a proposta pelo CPJ, ela deve ser digitalizada dentro dos programas de leitura de computadores no setor competente para se remeter ao poder executivo. Temos um praxe exíguo. Temos colegas de férias e, por conseguinte, dificuldades em reunir o Colégio. Nessa reunião Dr. Almir José Crescêncio está funcionando como secretário *ad hoc* e solicito que o ilustre secretário distribua a proposta orçamentária aos membros do CPJ para que tenham a oportunidade de vê-la. Essa proposta é exatamente a mesma dos anos de 2011 e 2012. A de 2011 e 2012 tem um total de R\$ 132.844.200,00. No entanto, o que foi aprovado pelo governo foram R\$ 108 milhões. Estamos mandando a mesma de R\$ 132 milhões porque o governo, junto com o Poder Judiciário, e as Secretarias têm contingenciado o orçamento, cortando o que é possível. Acenando que há uma dificuldade financeira. Temos que remeter essa proposta e ela será aprovada até o dia 06 de agosto do ano em curso. São os mesmos valores. Coloco em discussão”. Superada a exposição, passou-se à fase de discussão. Dr. Vicente Félix Correia fez então a seguinte consideração: “uma indagação estamos na iminência da nomeação de mais de 30 Promotores de Justiça. Esse valor suportaria?”, em resposta Dr. Walber José Valente de Lima afirmou que: “sem realizar cortes, o que eu tenho

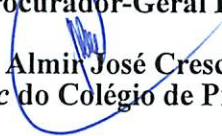


Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual

Colégio de Procuradores de Justiça

conhecimento é que se fosse aprovado os mesmos valores com o que temos hoje, o orçamento seria possível nomear um pequeno número de Promotores de Justiça”. Dr. Eduardo Tavares Mendes pediu a palavra e se manifestou da seguinte forma: “Primeiramente quero esclarecer que orçamento não pode ser reduzido. A menos que haja um corte na própria carne e os poderes aceitem. Aqui é impossível. Porque essa proposta é a mesma. Quando enviamos a proposta de 132 milhões, a colocamos num patamar negociável. Acredito que a proposta como está aqui está excelente”. Dr. Walber José Valente de Lima, acompanhou o Dr. Eduardo Tavares Mendes e o Dr. Vicente Felix Correia reafirmou sua preocupação com a nomeação dos futuros Promotores de Justiça. Dr. José Arthur Melo contribuiu com o debate evidenciando sua preocupação com a previsão do aumento dos membros do MPE que já está previsto para o início de 2014. Dr. Eduardo Tavares Mendes reafirmou sua posição evidenciando que a proposta da forma como está é a que possibilita negociações com o governo do estado e permite dentro o horizonte das possibilidades atender todas as necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque acompanhou a argumentação do Dr. Eduardo Tavares Mendes. Superada a fase de discussão, Dr. Walber José Valente de Lima passou a colher os votos, tendo sido aclamada a proposta orçamentária contida no Procedimento Administrativo nº PGJ/AL – 3405/2013. No tocante ao **item 2**, comunicações e outras matérias, Dr. Vicente Felix Correia se pronunciou justificando a ausência do Procurador de Justiça Dilmar Camerino, em face de uma consulta médica, não podendo chegar a tempo desta Reunião. Os **comunicados da corregedoria**, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque emitiu dois comunicados: o primeiro agradecendo ao Procurador-Geral de Justiça pelo apoio dado à Corregedoria quando determinou e foi autorizado o mutirão na Promotoria de Santana do Ipanema. O segundo, é que a partir desse ano, está sendo entregue a Comenda da Corregedoria a Promotores e Procuradores de Justiça. Esse ano já foi decidido, o Procurador de Justiça homenageado é o Dr. Dilmar Lopes Camerino e a Promotora de Justiça homenageada é Dra. Micheline Tenório. No que tange aos **comunicados da Ouvidoria**, Dr. Eduardo Tavares Mendes destacou que a Ouvidoria está ligada ao Colégio de Procuradores de Justiça e é órgão auxiliar desse Colégio, informou que já foi publicado o primeiro relatório com as oitivas e as ações da Ouvidoria. Dito isso, Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz pediu a palavra e sugeriu que o Colégio pudesse se fazer presente no 5º andar para prestigiar a colega Promotora de Justiça Dra. Karla Padilha Rebelo Marques, tendo em vista que naquele momento estava havendo uma coletiva da imprensa em razão das denúncias contra o Prefeito de Traipu. Encerrados os comunicados e não tendo sido inserida matéria nova em pauta, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fiz como Secretário ad hoc e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.


Walber José Valente de Lima
Subprocurador-Geral Institucional


Almir José Crescêncio
Secretário ad hoc do Colégio de Procuradores de Justiça

Temos Juízes, graduados também em engenharia eletrônica pelo ITA, Procuradores de Estado, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, Oficiais da Polícia da Bahia, dentre outros. Nenhuma censura foi feita na realização desse evento. Parabeno mais uma vez a todos e gostaria que estas minhas palavras ficassem registradas na ata". Retornada a palavra, o Dr. Sérgio Jucá acrescentou que: "Estou criando dois grupos de trabalho, o GT da improbidade administrativa e o GT da saúde. Quero dar a essa gestão o cunho social e intensificar a atuação do MP social e resolutivo, não vamos esquecer de lutar contra a desonestidade na administração pública. Teremos no GT da improbidade, e daqui a duas semanas o GT da saúde, e terão 5 membros". Dito isto, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fiz como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do CPJ/MPE/AL

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de
Justiça
Ata da 8ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e treze (24.07.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n° 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Walber José Valente de Lima, Geraldo Magela Pirauá, Denis Lima Calheiros, Vicente Félix Correia, José Artur Melo, Artran de Pereira Monte, Eduardo Tavares Mendes, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, e Marcos Barros Méro. Inicialmente o Presidente da Sessão, Subprocurador-Geral Institucional, Doutor Walber José Valente de Lima, agradeceu a presença e saudou a todos. De logo, solicitou do Secretário ad hoc deste Colegiado, Dr. Almir José Crescêncio, a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Presidente declarou instalada a Reunião. Dr. Walber iniciou justificando a ausência do Dr. Sérgio Jucá, Procurador-Geral de Justiça, tendo em vista que naquele momento estava havendo no 5º andar do Prédio do Ministério Público do Estado de Alagoas uma

coletiva da imprensa em razão das denúncias contra o Prefeito de Traipu, apresentadas pela Promotora de Justiça Dra. Karla Padilha Rebelo Marques. Dada esta explicação, o Presidente da Sessão solicitou ao Senhor Secretário ad hoc a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Procedimento Administrativo n° PGJ/AL - 3405/2013, que tem como interessada Jamille Mendonça Setton Mascarenhas e que trata da Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado de Alagoas para o ano de 2014. 2. Comunicações e outras matérias. Após a leitura da ordem do dia, passou-se a apreciação do item 1: Dr. Walber José Valente de Lima fez a exposição deste item destacando que: "Temos um prazo para remeter a proposta orçamentária e esse prazo encerra-se no dia seis de agosto. No entanto, há de se considerar que mesmo depois de aprovada a proposta pelo CPJ, ela deve ser digitalizada dentro dos programas de leitura de computadores no setor competente para se remeter ao poder executivo. Temos um prazo exíguo. Temos colegas de férias e, por conseguinte, dificuldades em reunir o Colégio. Nessa reunião Dr. Almir José Crescêncio está funcionando como secretário ad hoc e solicito que o ilustre secretário distribua a proposta orçamentária aos membros do CPJ para que tenham a oportunidade de vê-la. Essa proposta é exatamente a mesma dos anos de 2011 e 2012. A de 2011 e 2012 tem um total de R\$ 132.844.200,00. No entanto, o que foi aprovado pelo governo foram R\$ 108 milhões. Estamos mandando a mesma de R\$ 132 milhões porque o governo, junto com o Poder Judiciário, e as Secretarias têm contingenciado o orçamento, cortando o que é possível. Acenando que há uma dificuldade financeira. Temos que remeter essa proposta e ela será aprovada até o dia 06 de agosto do ano em curso. São os mesmos valores. Coloco em discussão". Superada a exposição, passou-se à fase de discussão. Dr. Vicente Félix Correia fez então a seguinte consideração: "uma indagação estamos na iminência da nomeação de mais de 30 Promotores de Justiça. Esse valor suportaria?", em resposta Dr. Walber José Valente de Lima afirmou que: "sem realizar cortes, o que eu tenho conhecimento é que se fosse aprovados os mesmos valores com o que temos hoje, o orçamento seria possível nomear um pequeno número de Promotores de Justiça". Dr. Eduardo Tavares Mendes pediu a palavra e se manifestou da seguinte forma: "Primeiramente quero esclarecer que orçamento não pode ser reduzido. A menos que haja um corte na própria carne e os poderes aceitem. Aqui é impossível. Porque essa proposta é a mesma. Quando enviamos a proposta de 132 milhões, a colocamos num patamar negociável. Acredito que a proposta como está aqui está excelente". Dr. Walber José Valente de Lima, acompanhou o Dr. Eduardo Tavares Mendes e o Dr. Vicente Félix Correia reafirmou sua preocupação com

a nomeação dos futuros Promotores de Justiça. Dr. José Arthur Melo contribuiu com o debate evidenciando sua preocupação com a previsão do aumento dos membros do MPE que já está previsto para o início de 2014. Dr. Eduardo Tavares Mendes reafirmou sua posição evidenciando que a proposta da forma como está é a que possibilita negociações com o governo do estado e permite dentro o horizonte das possibilidades atender todas as necessidades do Ministério Público do Estado de Alagoas. Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque acompanhou a argumentação do Dr. Eduardo Tavares Mendes. Superada a fase de discussão, Dr. Walber José Valente de Lima passou a colher os votos, tendo sido aclamada a proposta orçamentária contida no Procedimento Administrativo n° PGJ/AL - 3405/2013. No tocante ao item 2, comunicações e outras matérias, Dr. Vicente Félix Correia se pronunciou justificando a ausência do Procurador de Justiça Dilmar Camerino, em face de uma consulta médica, não podendo chegar a tempo desta Reunião. Os comunicados da corregedoria, Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque emitiu dois comunicados: o primeiro agradecendo ao Procurador-Geral de Justiça pelo apoio dado à Corregedoria quando determinou e foi autorizado o mutirão na Promotória de Santana do Ipanema. O segundo, é que a partir desse ano, está sendo entregue a Comenda da Corregedoria a Promotores e Procuradores de Justiça. Esse ano já foi decidido, o Procurador de Justiça homenageado é o Dr. Dilmar Lopes Camerino e a Promotora de Justiça homenageada é Dra. Micheline Tenório. No que tange aos comunicados da Ouvidoria, Dr. Eduardo Tavares Mendes destacou que a Ouvidoria está ligada ao Colégio de Procuradores de Justiça e é órgão auxiliar desse Colégio, informou que já foi publicado o primeiro relatório com as oitavas e as ações da Ouvidoria. Dito isso, Dr. Afrânio Roberto Pereira de Queiroz pediu a palavra e sugeriu que o Colégio pudessem se fazer presente no 5º andar para prestigiar a colega Promotora de Justiça Dra. Karla Padilha Rebelo Marques, tendo em vista que naquele momento estava havendo uma coletiva da imprensa em razão das denúncias contra o Prefeito de Traipu. Encerrados os comunicados e não tendo sido inserida matéria nova em pauta, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fiz como Secretário ad hoc e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Walber José Valente de Lima
Subprocurador-Geral Institucional

Almir José Crescêncio
Secretário ad hoc do Colégio de Procuradores
de Justiça

PAUTA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CSMP
A SER REALIZADA NO DIA 18.09.2013

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros que, na próxima quarta-feira, dia 18.09.2013, às 9h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

□ Apreciação da ATA da 23ª Reunião Ordinária do CSMP
PROCESSOS PARA CONHECIMENTO

1. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4332/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 1ª Promotória de Justiça de Arapiraca.
2. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4434/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 1ª Promotória de Justiça de Santana do Ipanema.
3. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4433/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 10ª Promotória de Justiça de Arapiraca.
4. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4432/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 9ª Promotória de Justiça de Arapiraca.
5. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4431/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 8ª Promotória de Justiça de Arapiraca.
6. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4430/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 7ª Promotória de Justiça de Arapiraca.
7. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4429/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 6ª Promotória de Justiça de Arapiraca.
8. Processo Administrativo n° PGJ/AL - 4428/2013. Interessado: Corregedoria-geral do Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento de cópia de relatório de correição ordinária realizada na 5ª Pro-